

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS UTILIZADAS NA GESTÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS INDUSTRIAIS¹

FINANCIAL INFORMATION USED BY SMALL AND MEDIUM SIZED INDUSTRIAL COMPANIES

FABIANO MARCOS BAGATINI²

RESUMO

O presente trabalho busca constatar quais são as informações financeiras utilizadas no gerenciamento de empreendimentos industriais de pequeno e médio porte, filiados à Associação Comercial e Industrial de Chapecó – ACIC. Trata-se de um estudo não experimental, predominantemente quantitativo, de caráter exploratório, sendo ainda, um estudo cross-sectional. Foram identificadas 53 empresas associadas à ACIC, no entanto, 29 gestores aceitaram participar da pesquisa. Foram realizadas entrevistas estruturadas com os administradores nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 e os resultados apontam que: controle de contas a pagar, controle de contas a receber e disponível são as informações financeiras mais utilizadas na gestão das empresas analisadas. Verifica-se ainda que as variáveis: grau de escolaridade do gestor, tempo de fundação das empresas, porte da empresa e área de formação do entrevistado não exercem influência na utilização dos informes financeiros.

Palavras-chave: Gestão; Informações financeiras; Pequenas e médias empresas.

ABSTRACT

This work aims to identify the financial information used to support managerial decisions by small and medium industrial companies affiliated to the Associação Comercial e Industrial de Chapecó – ACIC. This is an exploratory and quantitative study using a non-experimental cross-sectional methodology. Out of the 53 companies affiliated to the ACIC only 29 agreed in participating in the study. The study conducted structured interviews with managers of those companies in January and February 2007. The results suggests that Control accounts payable, Control accounts receivable, Cash and Short-term investments are the most used financial information. Another result of the study is that variables such as manager's educational level, manager's degree, and the size and age of the companies do not play a role in determining the use of financial information.

Keywords: Management; Financial information; small and medium sized enterprises.

¹ Data de recepção: 21/10/2008. Data de aprovação: 21/11/2008. Data de publicação: 23/12/2008.

² Professor de Administração Financeira na Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó). É graduado em Administração pela Unoesc - Chapecó e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). bagatini@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO

A sociedade atual está fundamentada no sistema capitalista. Assim, recursos financeiros podem ser considerados elementos necessários para mover quase que a totalidade das organizações.

Se os recursos financeiros são os responsáveis por movimentar os empreendimentos, o sucesso empresarial demanda, cada vez mais, do uso de informações que comuniquem a real situação financeira da empresa.

Padoveze (2002) discorre que o valor da informação reside no fato de que ela deve reduzir a incerteza na tomada de decisão, ao mesmo tempo em que procura aumentar a qualidade da decisão.

Assaf Neto (2006) cita que as informações financeiras podem assegurar um melhor e mais eficiente processo empresarial de alocação dos recursos de capital da empresa, assim como proporcionar o gerenciamento destes recursos de forma a manter a saúde financeira do empreendimento.

Atualmente, com frequência, pequenos e médios executivos encontram-se diante de desafios que exigem a necessidade de tomar rápidas decisões, relativas a questões que envolvem decidir o volume de compras a ser efetuado; o nível de matérias-primas, de estoque em processos e em produtos acabados; o volume da carteira de duplicatas a receber; o caixa necessário para financiar o ciclo operacional da empresa, entre outras.

Deste modo, convém ao gestor estar familiarizado e compreender as informações financeiras decorrentes da execução das atividades rotineiras do empreendimento. Estas informações podem auxiliá-lo na gestão diária do negócio.

Assim, o objetivo deste artigo é identificar as informações financeiras utilizadas na gestão de pequenas e médias empresas industriais, filiadas à Associação Comercial e Industrial de Chapecó.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Lemes Júnior; Rigo; Cherobim (2005, p. 4) definem a administração financeira como “a arte e a ciência de administrar recursos financeiros, para maximizar a riqueza dos acionistas”.

Para Ross; Westerfield; Jordan (2000, p. 44), independentemente do tipo de empresa, o objetivo da administração financeira é “maximizar o valor de mercado do capital dos proprietários existentes”.

Braga (1989, p. 23) enfatiza que “encontrada em qualquer tipo de empresa a função financeira tem um papel muito importante no desenvolvimento de todas as atividades operacionais, contribuindo significativamente para o sucesso do empreendimento”.

Parece haver consenso que a administração financeira tem como objetivo maximizar a riqueza dos proprietários da empresa, visto que está intimamente relacionada com a gestão dos recursos financeiros da entidade.

Santos (2001) comenta que, durante anos, as práticas de gestão financeira do pequeno e médio empresário consistiam apenas em pagar e receber, sendo meramente uma atividade executiva. Porém, este cenário mudou em função das inúmeras transformações ocorridas, passando essas desempenhar papel relevante para os empreendimentos de pequeno e médio porte.

Cabe ao administrador reconhecer a relevância das finanças na criação de valor para a organização, com a conseqüente contribuição para o sucesso dos negócios empresariais.

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Existem inúmeros parâmetros utilizados para definir o porte da empresa; algumas variáveis são tradicionalmente utilizadas, entre

elas: quantidade produzida, capital registrado, faturamento, mão-de-obra empregada, entre outras.

Ressalta-se que, apesar de falta de consenso, a classificação baseada na mão-de-obra é utilizada com maior frequência no Brasil. No entanto, vários órgãos levam em consideração outros critérios, além do número de

empregados, para caracterizar o porte de uma organização.

Como a presente pesquisa contempla pequenos e médios empreendimentos industriais filiados à Associação Comercial e Industrial de Chapecó - ACIC, optou-se por utilizar a classificação de porte do estabelecimento adotado por esta instituição, assim definida:

Porte da empresa	Número de pessoas ocupadas
Micro	Até 09 pessoas ocupadas
Pequena	De 10 a 49 pessoas ocupadas
Média	De 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande	Acima de 100 pessoas ocupadas

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

As empresas de pequeno e médio porte possuem algumas características próprias e exclusivas. Para Solomon (1986), identifica-se neste extrato de empresas a tenacidade econômica – muitas horas de trabalho, disposição para enfrentar tempos difíceis, energia pessoal e capacidade de iniciativa – ao invés de qualquer vantagem econômica aparente.

Além do porte, Souza (1995, p. 38) cita outras características das pequenas e médias empresas, são elas:

acesso a crédito, constituição jurídica, forma de propriedade e responsabilidade do capital,

formas de gestão, estrutura organizacional interna, formas de relações proprietários/empregados, fluxos de informação e comunicação.

Conforme Resnik (1990), o que caracteriza a pequena empresa (além da exigência fundamental de que o proprietário-gerente administre e controle todos os aspectos da empresa) são os seus recursos muito limitados. Já Soifer (2002) discorre que a pequena empresa é caracterizada por ser muito influenciada pelos seus proprietários e pelo mercado em que atua. Assim, parece consenso que os pequenos empreendimentos têm como característica principal o gerenciamento e o controle ativo dos seus proprietários.

IMPORTÂNCIA DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

Para Soifer (2002), as empresas de pequeno e médio porte são relevantes para a estabilidade econômica de um país, para a oferta de mão-de-obra e para a criação de uma base de arrecadação em muitos municípios.

Cher (1990, p. 19) afirma que as pequenas e médias empresas contribuem

significativamente na geração do produto nacional, na absorção de mão-de-obra, na flexibilidade locacional (espalham-se invariavelmente por todo o território nacional, desempenhando importante papel na interiorização do desenvolvimento) e no caráter majoritariamente nacional (neste extrato de empresas há a predominância absoluta do capital privado nacional).

Estatística da Relação Anual de Informações Sociais de 2006, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, informa que a pequena empresa foi responsável por 7.210.046 (sete milhões, duzentos e dez mil, quarenta e seis) empregos formais, representando 20,51% do total. Ao passo que a média empresa empregou 2.812.360 (dois milhões, oitocentos e doze mil, trezentos e sessenta) pessoas, significando 8,00% do total. Juntos, pequenos e médios empreendimentos, absorveram 28,51% do total de mão-de-obra no ano de 2006.

Os dados revelam a participação da empresa de pequeno e médio porte no número total de empregos formais, evidenciando a importância deste extrato de empresas para o crescimento e o fortalecimento da economia do país, sobretudo na absorção de mão-de-obra. Como afirma Souza (1995), as empresas de pequeno e médio porte possuem, no mínimo, a função de complementar a estrutura produtiva da economia, são partes necessárias dessa estrutura.

MORTALIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Alguns motivos que podem levar uma empresa ao insucesso são relacionados por Pereira e Santos (1995); entre eles cabe destacar: (1) incompetência do empreendedor; (2) experiência anterior inadequada; (3) imobilização excessiva do capital; (4) política equivocada de crédito e (5) falta de controles de custos e de gestão financeira.

O fracasso das empresas, para Nelson e Economy (1998), pode ser atribuído a fatores como: problemas de localização, mudanças nos mercados, competição externa injusta ou insuficiência de financiamento.

Assim, no que se refere à política de crédito para a pequena e média empresa, Souza (1995, p. 26) discorre que “a possibilidade destas empresas obterem financiamento são extremamente reduzidas, limitando-se a linhas de crédito de curto prazo e altos custos”.

O mesmo autor afirma que o alto custo do financiamento potencializa os riscos de investimentos, fazendo com que, muitas vezes, grande parte das decisões de ampliações seja financiada com recursos próprios, (em detrimento do capital de giro). Explicando-se assim, em grande parte, a alta taxa de mortalidade neste segmento de empresas.

Cher (1990) também expõe algumas causas da mortalidade das pequenas e médias empresas, aqui sintetizadas:

- falta de conhecimento acerca dos instrumentos de administração geral e contábil-financeiros;
- falta de recursos financeiros e dificuldades na obtenção de financiamentos e investimentos;
- manutenção de maus pagadores na carteira de clientes;
- obsolescência de métodos, equipamentos e de mentalidade empresarial;

- falta de informação acerca dos principais acontecimentos econômicos, políticos e sociais no Brasil e no mundo.

O autor segue afirmando que a falta de competência administrativa, bem como o desconhecimento dos inúmeros instrumentos de administração, são pontos que mantêm relação direta com o fracasso do empreendimento.

No que tange às restrições financeiras da pequena e média empresa, Soifer (2002, p. 110) discorre que “quase sempre capital é um dos bens mais escassos entre as pequenas e médias empresas do país”.

Assim, a fragilidade financeira das empresas de pequeno e médio porte reduz a possibilidade de equívocos por parte dos gestores. As decisões que permeiam o universo do administrador crescem em importância à medida que podem afetar a continuidade da empresa.

INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Acontecimentos diários afetam a posição financeira das empresas. As entradas e saídas de caixa, o recebimento de duplicatas, assim como a decisão de investir em máquinas, móveis ou veículos, são procedimentos que tendem a gerar efeito positivo ou negativo sobre as finanças da empresa.

Cada transação pode ser evidenciada através de instrumentos próprios que fornecem ao administrador a possibilidade de analisar, avaliar e acompanhar a saúde financeira da empresa.

Santos (2001) identifica “conhecimentos essenciais” como necessários, que contribuem para auxiliar os gestores de pequenas e médias empresas. Para o autor estes conhecimentos se fundamentam em: administração do capital de giro, cálculos financeiros, inflação e taxa de juros, administração de financiamentos, análise de investimentos, administração de

custos, análise e formação de preços e administração do lucro.

Para o desenvolvimento deste trabalho, em função do grande número de instrumentos disponíveis na literatura que podem fornecer informações financeiras, pretende-se focar a administração das disponibilidades (caixa), das contas a receber, a pagar e o controle de estoque; levantamento de custos; formação do preço de venda e fluxo de caixa. Entende-se que estes informes financeiros, escolhidos de maneira intencional pelo pesquisador, tendem a gerar os “conhecimentos essenciais” citados por Santos (2001).

ADMINISTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

Para Lemes Júnior; Rigo; Cherobim (2002, p. 418), disponível representa os ativos que “têm a característica principal de possuir liquidez imediata [...] são valores em moeda mantidos na tesouraria da empresa ou depositados em contas-correntes bancárias [...] livres para serem usados a qualquer momento”.

A empresa normalmente mantém saldos em disponibilidade para atender a três motivos: 1) transação – folha de pagamento, compras de mercadorias, descontos comerciais, pagamento de impostos; 2) precaução – para cobrir emergências inesperadas ou o hiato entre as entradas e saídas de caixa e 3) especulação – tirar vantagens de oportunidades inesperadas de negócios que podem surgir eventualmente (DROMS; PROCIANOY, 2002).

ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS A RECEBER

Segundo Santos (2001), as contas a receber provenientes das vendas a prazo é um dos componentes mais expressivos do capital de giro de uma empresa.

Gropelli e Nikbakht (2005, p. 337) citam que

o volume de contas a receber é, basicamente, determinado pelos padrões de crédito da companhia. Se esses padrões forem rigorosos, muito poucos clientes estarão qualificados ao crédito, as vendas irão declinar e, como resultado, as contas a receber diminuirão.

Para Brigham e Ehrhardt (2006, p. 860), o montante total de contas a receber pendentes em um momento qualquer é determinado por dois fatores: “o volume de vendas a prazo e o tempo médio entre as vendas e os recebimentos”.

Assim, proporcionar flexibilidade aos padrões de crédito, para elevar o volume das contas a receber, pode apresentar vantagens e desvantagens. As vantagens talvez sejam vislumbradas através dos aumentos nas vendas e as desvantagens numa probabilidade de elevação das contas incobráveis, com o conseqüente crescimento do custo do financiamento adicional de contas a receber. Este financiamento pode ser com recursos próprios ou de terceiros.

ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS A PAGAR

Brigham e Ehrhardt (2006, p. 885) discorrem que

os fornecedores são a maior categoria individual de financiamento de curto prazo, representando cerca de 40% do passivo circulante da empresa média não financeira. A porcentagem é um pouco maior no caso das pequenas empresas.

Na falta de contas a pagar, o gestor necessita usar o capital da própria empresa ou buscar junto a instituições de crédito recursos financeiros suficientes para liquidar os compromissos.

Assim, sempre que existirem empréstimos por parte dos fornecedores, o objetivo da empresa é “protelar o máximo possível o

pagamento sem prejudicar sua classificação de crédito. Isso significa que as contas devem ser pagas no último dia possível, dadas as condições de crédito estipuladas pelo fornecedor” (GITMAN; MADURA, 2003, p. 419).

Basicamente, cabe ao administrador a tarefa de estabelecer junto a seus fornecedores políticas de pagamentos, negociando a forma mais adequada de efetuar os pagamentos das dívidas, à vista ou a prazo.

Assim, o gestor pode concretizar pagamentos sempre que as vantagens e os benefícios de liquidar as faturas à vista ou pagar em prazos menores excederem os custos relativos aos recursos financeiros de terceiros, ou sempre que o pagamento não comprometer o disponível da empresa.

A ADMINISTRAÇÃO DOS ESTOQUES

Para Brigham e Ehrhardt (2006, p. 855) “os estoques são parte essencial de praticamente todas as operações da empresa”. Lemes Júnior; Rigo; Cherobim (2002) citam que os estoques são os ativos de menor liquidez.

Para Gropelli e Nikbakht (2005, p. 339), o principal propósito da gestão dos estoques “é determinar e manter um nível de estoque que assegure o atendimento pontual dos pedidos dos clientes em quantidade satisfatória”.

Falhas no estabelecimento dos níveis de estoque resultam em custos de manutenção dos estoques excedentes ou na perda de vendas. Por este motivo, “a administração dos estoques deve ser objeto de políticas que traduzam resultados eficazes em sua gestão” (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 200, p. 467).

LEVANTAMENTO DE CUSTOS

Martins (1998, p. 25) conceitua custo como “o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na

produção de outros bens ou serviços”. Já Leone (2000, p. 54) define custo como o “consumo de um fator de produção, medido em termos monetários para a obtenção de um produto, de um serviço ou de uma atividade que poderá ou não gerar renda”.

Assim, de maneira geral, pode-se inferir que custos referem-se aos dispêndios – gastos ou desembolsos – que são atribuídos à geração de produtos ou serviços. O conhecimento do seu comportamento tende a auxiliar o gestor no processo de tomar decisões como precificação, definição da carteira de produtos e serviços, além da avaliação econômica de novos projetos de investimento (SANTOS, 2001).

Segundo Horngren; Datar; Foster (2004, p. 303) “os administradores precisam saber como os custos se comportam para tomar decisões estratégicas e operacionais, como quais alternativas de projetos de produtos são mais rentáveis? Um componente deveria ser feito ou comprado”?

Essas e outras perguntas podem ser respondidas se o gestor conhecer o comportamento dos custos dos produtos e serviços desenvolvidos e ofertados pela empresa sob sua responsabilidade.

FORMAÇÃO E ANÁLISE DO PREÇO DE VENDA

Santos (2001, p. 198) afirma que “o preço é uma das variáveis fundamentais para tornar economicamente viável a oferta de bens ou serviços por parte de uma empresa”.

Assim, determinar o preço de venda é uma questão fundamental para a empresa. Se for praticado um preço elevado, a consequência é inibir a venda; e se o preço for baixo, poderá não cobrir as despesas e os custos. Os resultados financeiros favoráveis da empresa dependem, desta forma, de um preço de venda adequado (HOJI, 2003).

Deste modo, Santos (2001, p. 197) assinala que

a formação de preços é o processo em que uma empresa, com base em seus custos, estimativas de vendas e outras variáveis relacionadas com sua produção ou operação, determina o preço ideal de venda de seus produtos ou serviços.

A formação do preço com base nos custos é relativamente simples. Calculado o custo de produzir determinado bem, sobre ele acrescentam-se os impostos, as despesas administrativas e de comercialização, além do lucro desejado.

Já a análise de preço permite avaliar a lucratividade de produtos e serviços novos ou já existentes, além de possibilitar a formulação de estratégias competitivas.

Tanto a formação quanto a análise do preço de venda possibilita a formulação de políticas de preço, visando à obtenção de uma taxa de retorno que satisfaça os interesses, sobretudo financeiros, dos proprietários do negócio.

FLUXO DE CAIXA

Em qualquer operação empresarial, que envolva recursos monetários, ocorrerá, pelo menos, uma entrada e uma saída de dinheiro. Estas operações podem ser representadas através do fluxo de caixa.

Groppelli e Nikbakht (2005, p. 13) entendem que o fluxo de caixa “é um relatório que fornece uma análise detalhada da maneira como o caixa foi gerado e indica como foi utilizado na condução de cada fase de um negócio.” Corroborando a assertiva acima, Da Silva (2001, p. 421) discorre que o fluxo de caixa “auxiliará no entendimento da proveniência e do uso do dinheiro na empresa”.

Santos (2001, p. 57) menciona que “o fluxo de caixa é um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente”.

A relevância na elaboração do fluxo de caixa

é explicitada por Gitman (2001, p. 40) quando afirma que “o gestor financeiro mantém a solvência da empresa através do planejamento dos fluxos de caixa necessários para satisfazer suas obrigações e adquirir os ativos necessários para alcançar as metas da empresa”.

Resumindo, a principal finalidade do fluxo de caixa é demonstrar ao administrador a capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros a curto e longo prazo, evidenciando a necessidade ou não de contratar financiamentos. Neste instrumento são envolvidos os pagamentos e recebimentos, em geral, ordenados em bases diárias, mensais ou de acordo com as necessidades informacionais, fornecendo a previsão da situação do saldo de caixa da empresa em um período determinado.

METODOLOGIA

A utilização de técnicas e métodos torna possível delinear os caminhos a serem percorridos para a execução do estudo, bem como garantir a cientificidade da pesquisa proposta. Como enfatiza Castro (1978, p. 33), “o objetivo da metodologia é o de ajudar-nos a compreender, nos mais amplos termos, não os produtos da pesquisa, mas o próprio processo”.

Assim, o presente trabalho se caracteriza como exploratório e predominantemente quantitativo, pois “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20). Ainda, no que concerne à dimensão temporal, é um estudo cross-sectional.

Para a escolha da população pesquisada, investigou-se junto à Associação Comercial e Industrial de Chapecó a quantidade de pequenas e médias empresas industriais filiadas a esta instituição, na data de 09/10/2006,

chegando-se a conclusão de que a população era composta por 53 (cinquenta e três) empreendimentos.

A amostra, porém, resultou nos 29 (vinte e nove) empreendimentos de pequeno e médio porte que aceitaram participar do estudo. Desta forma, as unidades amostrais são as pequenas e médias empresas pesquisadas, e as unidades de observação são os seus gestores.

A técnica utilizada para a obtenção dos dados primários foi a entrevista. Esta foi aplicada pessoalmente pelo pesquisador, assemelhando-se, assim, a uma entrevista estruturada.

O pesquisador dirigiu-se aos 29 (vinte e nove) empreendimentos no período de janeiro e fevereiro de 2007, com o objetivo de agendar data e horário para efetuar as entrevistas com os gestores dos referidos empreendimentos.

Após expor os objetivos da pesquisa, alguns administradores prontamente aceitaram participar e a entrevista ocorreu naquele instante. Outros preferiram agendar data e horário, solicitação prontamente aceita pelo pesquisador, que retornou no dia agendado para efetuar a coleta de dados.

As entrevistas aconteceram na sala do entrevistado, o tempo de duração, em média, foi de 20 minutos, as questões foram lidas pelo pesquisador e as respostas fornecidas pelo pesquisado foram preenchidas pelo próprio entrevistador.

Os dados coletados foram analisados com o auxílio de técnicas básicas de estatística, a fim de estabelecer a frequência, a média e o desvio padrão dos itens em análise. No que tange às hipóteses formuladas, as mesmas foram testadas estatisticamente utilizando o teste t de Student.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na seqüência são apresentadas as análises efetuadas com base nos dados coletados.

a) Perfil das empresas: observa-se que as pequenas e médias empresas pesquisadas apresentam vida média de 17,86 anos e desvio padrão igual há 14,13 anos. Com relação ao tempo mínimo de constituição, verificam-se empresas com até 01 ano de existência e empresa com até 58 anos de fundação.

Em sua maioria, as empresas pesquisadas estão sendo gerenciadas pelos seus proprietários, apontando para um índice de 96,55%. Estudos correlatos desenvolvidos por Dal Vesco (2000) e Drechsel (2002) apontam, respectivamente, que 95,9% e 85,0% dos empreendimentos pesquisados estão sendo gerenciados por administradores proprietários.

As conclusões acima explicitadas vêm ao encontro de citações de diversos autores, entre eles, Resnik (1990), Soifer (2002) e Braga (1989). Os dois primeiros discorrem que a pequena empresa é caracterizada por ser muito influenciada e administrada pelos seus proprietários, e Braga (1989, p. 35) completa que “nas empresas de pequeno e médio porte, as atividades relacionadas com a função financeira geralmente ficam sob a responsabilidade de um dos sócios”.

Verifica-se ainda que, do total de 29 empresas que compõem esta pesquisa, 18 são empreendimentos de pequeno porte (10 a 49 funcionários) e 11 são empreendimentos de médio porte (50 a 99 funcionários).

b) Perfil dos administradores: constata-se que a maioria das pequenas e médias empresas está sendo administrada por pessoas com idade entre 31 e 50 anos, perfazendo um total de 75,87%. Com relação ao tempo de experiência do gestor no ramo do negócio, observa-se que administradores com experiência de até 10 anos representam 31,03% do total e gestores com experiência entre 11 e 30 anos perfazem 65,52%, ou seja, a maioria dos entrevistados, o que evidencia

conhecimento do gestor no ramo do negócio, no qual a empresa atua.

Quanto ao tempo de atuação na gerência do negócio, verifica-se que o tempo mínimo de permanência do entrevistado na administração da empresa é 04 meses e o máximo 34 anos. No que tange ao nível de escolaridade, 04 empresas estão sendo administradas por pessoas que não possuem curso superior e 25 empresas, representando 86,21%, vêm sendo gerenciadas por pessoas com curso superior completo, destas, 11 negócios, alcançando 44,00%, apresentam administradores pós-graduados em nível de especialização ou MBA.

Drechsel (2002) apura que das 40 empresas pesquisadas, 65,0% estão sendo administradas por graduados. Entre os graduados, 23,08% apresentam cursos de especialização.

A comparação entre o nível de escolaridade – particularmente formação superior e especialização – demonstra que os administradores das pequenas e médias empresas industriais filiadas à Associação Comercial e Industrial de Chapecó apresentam percentual superior de graduados e pós-graduados.

c) Informes financeiros disponibilizados à administração das empresas: disponível controle de contas a receber e controle de contas a pagar são disponibilizados a todos os gestores das empresas participantes da pesquisa. Resultado similar foi verificado por Drechsel (2002), apontando em seu estudo que controle de contas a receber e controle de contas a pagar são disponibilizados a todos os administradores dos empreendimentos pesquisados.

Informações acerca dos Custos dos produtos e Preço de venda praticado são apresentadas a 28 administradores participantes da presente pesquisa, alcançando 96,55%.

O controle do estoque é uma informação financeira disponível para 89,66% dos administradores. Drechsel (2002) aponta que informações acerca do controle do estoque são apresentadas para 90% dos entrevistados.

Fluxo de caixa é um informe disponível para 62,07% dos gestores das pequenas e médias empresas pesquisadas. Drechsel (2002) verifica que a disponibilidade do informe acima explicitado representa 62,50% das observações.

Com relação à demonstração de resultado do exercício gerencial, 06 administradores, totalizando 20,69%, possuem este informe financeiro disponibilizado.

Outros informes financeiros, entre eles, balanço mensal, relatório de vendas, relatório de contas a receber vencidas, preços praticados pela concorrência e relatório de faturamento diário representam, cada um, menos de 11,00% das observações.

A comparação dos resultados encontrados pelas duas pesquisas evidencia a tendência das empresas estudadas em disponibilizar aos gestores os mesmos informes financeiros, priorizando os Controles de contas a receber, contas a pagar e estoques.

d) Informes financeiros efetivamente utilizados: o informe disponível é efetivamente utilizado por 25 administradores, alcançando 86,21% do total. Controle de contas a receber e controle de contas a pagar são informes efetivamente utilizados por 27 gestores, totalizando 93,10% e 28 gestores, perfazendo 96,55%, respectivamente.

No que tange ao custo dos produtos, 24 entrevistados afirmam utilizar este informe na gestão da empresa sob sua responsabilidade. São 23 gestores que aproveitam o informe preço de venda praticado como auxílio na condução do negócio.

Controle do estoque é uma informação

financeira efetivamente utilizada por 24 administradores. Fluxo de caixa é utilizado por 17 entrevistados.

Percebe-se que, o número de gestores que efetivamente fazem uso dos informes financeiros apontados acima na gestão do empreendimento é inferior ao número de gestores que têm acesso às mesmas informações.

No entanto, DRE gerencial, balanço mensal, relatório de vendas, relatório de contas a receber vencidas, preços praticados pela concorrência e relatório de faturamento diário, apesar de serem disponibilizados a um número reduzido de administradores, todos que recebem estas informações efetivamente as utilizam no processo de gestão do empreendimento.

e) Grau de escolaridade do gestor X utilização dos informes financeiros

H0: gestores com nível superior não utilizam um número maior de informes financeiros do que gestores sem nível superior.

H1a: gestores com nível superior utilizam um número maior de informes financeiros do que gestores sem nível superior.

Aplicando o teste t (duas amostras em par para médias) para os percentuais, encontram-se os seguintes resultados: a probabilidade de significância é de 11,7%; t é igual a 1,30; tcrítico é igual a 1,89 com 7 graus de liberdade e 5% de significância. Como 11,7% é maior que 5% e t encontrado é menor que crítico, deve-se aceitar H0, ou seja, não comprovou a hipótese alternativa. Portanto, com base nos dados observados não é possível afirmar que gestores com nível superior utilizam um número maior de informes financeiros do que gestores sem nível superior, com 5% de significância.

f) Tempo de fundação das empresas X utilização dos informes financeiros

H0: empresas mais antigas não utilizam os informes financeiros com maior intensidade do que empresas novas.

H1b: empresas mais antigas utilizam os informes financeiros com maior intensidade do que empresas novas.

Aplicando o teste t (duas amostras em par para médias) para os percentuais, encontram-se os seguintes resultados: a probabilidade de significância é de 19,05%; t é igual a -0,93; tcrítico é igual a 1,89 com 7 graus de liberdade e 5% de significância. Como 19,05% é maior que 5% e t encontrado é menor que tcrítico, deve-se aceitar H0, ou seja, não comprovou a hipótese alternativa. Portanto, com base nas informações acima não é possível afirmar que empresas mais antigas utilizam os informes financeiros com maior intensidade do que empresas novas, com 5% de significância.

g) Porte da empresa X Utilização dos informes financeiros

H0: médias empresas não utilizam os informes financeiros com maior intensidade do que pequenas empresas.

H1c: médias empresas utilizam os informes financeiros com maior intensidade do que pequenas empresas.

Aplicando o teste t (duas amostras em par para médias) para os percentuais, encontram-se os seguintes resultados: a probabilidade de significância é de 12,40%; t é igual a -1,26; crítico é igual a 1,89 com 7 graus de liberdade e 5% de significância. Como 12,40% é maior que 5% e t encontrado é menor que crítico, deve-se aceitar H0, ou seja, não comprovou a hipótese alternativa. Assim, com base nos dados apresentados não é possível afirmar que

médias empresas utilizam os informes financeiros com maior intensidade do que pequenas empresas, com 5% de significância.

h) Área de formação do entrevistado X utilização dos informes financeiros

H0: gestores com formação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis ou Economia não utilizam os informes financeiros com maior intensidade que os gestores formados em outras áreas do conhecimento.

H1d: gestores com formação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis ou Economia utilizam os informes financeiros com maior intensidade que os gestores formados em outras áreas do conhecimento.

Aplicando o teste t (duas amostras em par para médias) para os percentuais, encontram-se os seguintes resultados: a probabilidade de significância é de 9,03%; t é igual a -1,49; tcrítico é igual a 1,89 com 7 graus de liberdade e 5% de significância. Como 9,03% é maior que 5% e t encontrado é menor que tcrítico, deve-se aceitar H0, ou seja, não comprovou a hipótese alternativa. Portanto, com base nas informações verificadas acima não é possível afirmar que gestores com formação na área de Administração, Ciências Contábeis e Economia utilizam os informes financeiros com maior intensidade que os gestores formados em outras áreas do conhecimento, com 5% de significância.

CONCLUSÕES

O objetivo geral deste estudo foi identificar as informações financeiras utilizadas na gestão de pequenas e médias empresas industriais, filiadas à Associação Comercial e Industrial de Chapecó.

A opção por pesquisar empresas de pequeno e médio porte foi em função da

constatação de que este segmento de empresas tem papel relevante na geração e manutenção de postos de trabalho. Desta forma, despertou o interesse em conhecer o método de gestão, particularmente financeiro – das empresas em referência, visto que o sucesso ou o fracasso do empreendimento pode ser determinado pela maneira como o mesmo é gerenciado.

Para auxiliar na gestão do empreendimento são necessárias informações, pois é com base nas mesmas que se processa a tomada de decisões, assim, instrumentos financeiros podem fornecer uma gama de informações sobre a saúde financeira do empreendimento. A falta ou não utilização desses instrumentos pode acarretar em prejuízos econômicos e financeiros para a empresa, podendo até mesmo contribuir para o fechamento do negócio.

O levantamento de informações para o desenvolvimento do trabalho encontrou resistência por parte de uma parcela dos gestores. Desta forma, foram coletados dados de 29 pequenas e médias empresas industriais, em um universo de 53 empreendimentos.

Verifica-se que os informes disponível, controle de contas a pagar e controle de contas a receber são disponibilizados a todos os gestores pesquisados. Todos os administradores dos empreendimentos de médio porte têm a disposição além dos informes acima citados informações acerca dos custos dos produtos, preço de venda praticado e controle do estoque.

Os informes controle de contas a pagar, controle de contas a receber e disponível destacam-se como informações efetivamente utilizadas pelos entrevistados no processo de gerenciamento do empreendimento.

As variáveis grau de escolaridade do gestor, tempo de fundação das empresas, porte da empresa e área de formação do entrevistado, testadas estatisticamente utilizando o teste t de Student, não exercem influência na utilização

dos informes financeiros pesquisados.

Por fim, novos estudos podem ser realizados em empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços de outras localidades, buscando identificar a utilização ou não de informes financeiros para a gestão dos negócios.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 2 edição. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.
- BRIGHAM, Eugene F. e EHRHARDT, Michael C. **Administração financeira: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- CHER, Rogério. **A Gerência das Pequenas e Médias empresas: o que saber para administrá-las**. São Paulo: Maltese, 1990.
- DAL VESCO, Ari. **Um estudo dos instrumentos de informação econômico-financeira utilizados no processo de gestão das microempresas do comércio varejista da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2000.
- DRECHSEL, Eduardo Artur. **O uso dos instrumentos de informação econômico-financeira no processo de gestão nas micro e pequenas empresas produtoras de cal e calcário da região metropolitana de Curitiba/PR**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002.
- DROMS, William G. e PROCIANOY, Jairo L. **Finanças para executivos não-financeiros: tudo o que você precisa saber**. 4 edição. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- GITMAN, Lawrence e MADURA, Jeff. **Administração Financeira: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Addison Wesley, 2003.
- GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 2 edição. São Paulo: Saraiva, 2005.
- HOJI, Masakazu. **Administração Financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.
- HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de Custos: uma abordagem gerencial**. 11ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo.

Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas trabalhistas. 2 edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos:** planejamento, implantação e controle. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas.** São Paulo: Makron Books, 1997.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis:** fundamentos e análise. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

RESNIK, Paul. **A Bíblia da pequena empresa:** como iniciar com segurança sua pequena empresa e ser muito bem-sucedido; tradução: Maria Cláudia Oliveira Santos. São Paulo: McGraw-Hill, Makron Books, 1990.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira.** 2 edição. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa.** São Paulo: Atlas, 2001.

SOIFER, Jack. **A grande pequena empresa.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

SOLOMON, Steven. **A grande importância da pequena empresa.** Tradução M. R. da Cruz. Rio de Janeiro, ed. Nórdica, 1986.

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo F. de. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial.** Brasília: SEBRAE, 1995.